

J O S E M A R M A C H A D O D E O L I V E I R A

Os jacobinismos (1789-1794)

Recebido em: 01/2007 * Parecer: 06/2007

JOSEMAR MACHADO DE OLIVEIRA: Doutor em História pela Universidade de São Paulo e Professor da Universidade Federal do Espírito Santo. • E-mail: josemarmachado@yahoo.com.br

Resumo

Neste texto, nós procuramos analisar os principais momentos da história do jacobinismo. Para tanto, seguimos a célebre idéia de Jules Michelet, o qual afirmava que houve três jacobinismos: o de Barnave, o jacobinismo misto de Robespierre e de Brissot e, por fim, o jacobinismo em que predominou Robespierre.

Palavras-chave: jacobinismo, brissotismo, robespierrismo, Revolução Francesa.

Résumé

Dans ce texte nous essayons d'analyser les principaux moments de l'histoire du jacobinisme entre les années de 1789 à 1794. Nous suivons l'idée célèbre de Jules Michelet, selon laquelle il y a eu trois types de jacobinismes pendant cette période de la Révolution: celui du Barnave, le jacobinisme mixte de Robespierre et de Brissot et, finalement, le jacobinisme robespierriste.

Citação:

Oliveira, Josemar Machado de. Os jacobinismos (1789-1794). *Dimensões*, n. 19 (2007), Vitória (ES), NPIH/Ufes, 189-205.

A história do jacobinismo é polêmica desde o início, a começar pela palavra que deu origem a esse movimento político, jacobinos, já que era a maneira pejorativa de designar os membros da Sociedade dos Amigos da Constituição, nome oficial do Clube Jacobino. Como afirma Lucien Jaume, “o nome ‘Jacobinos’ ou ‘Jacobitas’ (alusão à sede principal dos dominicanos, na Rua Saint-Jacques) foi no começo um epíteto dado pelos adversários que queriam ironizar a disciplina e a ortodoxia que se dizia reinar nessa associação” (Jaume, Lucien: 1989:45). Além disso, o uso da palavra jacobinos também tinha o caráter de identificar o Clube a uma seita ou facção, o que era algo inaceitável para esses homens habituados ao rousseauísmo e à sua crítica aos partidos e facções (Rousseau, 1978:53).

Contudo, a história do Clube Jacobino começou antes de seus integrantes alugarem um salão no convento dos dominicanos. Sua origem está ligada ao chamado Clube Bretão, que se formou em Versalhes durante a reunião da Assembléia dos Estados Gerais (maio de 1789), e que reunia, num bar daquela cidade, os deputados da Bretanha. Esses deputados se situavam na tradição do Século das Luzes, que viu proliferar as sociedades de pensamento e as lojas maçônicas, das quais o Clube Bretão foi um herdeiro.

Além de organizarem o contato com seus eleitores provinciais, os deputados da Bretanha e os de outras províncias francesas, que a eles se reuniram pouco a pouco, preparavam os legisladores do Terceiro Estado para se colocarem de acordo antes dos debates que se realizariam na Assembléia e, assim, conseguirem melhor enfrentar o clero e a nobreza. Tal prática era uma influência anglo-saxônica (Furet, François: 1989:764.) e foi mesmo consagrada no artigo primeiro do regulamento da associação de 1790, cujo conteúdo afirma que “o objetivo da Sociedade dos Amigos da Constituição é discutir antecipadamente as questões que devem ser decididas pela Assembléia Nacional” (Mazauric, 2005:588).

No início, para entrar na Sociedade era necessário ser membro da Assembléia Constituinte, mas à medida que o Clube foi vítima do seu próprio suces-

so e atraiu uma enorme audiência, essa exigência caiu por terra, apesar de a cotização ser elevada o suficiente – 25 libras – para o Clube não ser integrado por pessoas do povo. No entanto, a partir de 1791, o Clube passou a ter audiências públicas, o que mitigou em parte seu exclusivismo.

O Clube Bretão transferiu-se para Paris depois das jornadas de 5 e 6 de outubro de 1789, que forçaram o rei a se transferir para sua velha capital e lá localizar novamente a sede da monarquia. Com o monarca, também partiu para Paris a Assembléia Constituinte. Em novembro daquele ano, os membros do Clube adotaram o que seria seu nome oficial até fevereiro de 1792, autodenominando-se Sociedade dos Amigos da Constituição.

Com o tempo e a centralidade política que o Clube teve durante o processo revolucionário – tendo a importância de um “partido” no sentido atual do termo, o que levou seus integrantes a ter todo o cuidado em afirmar que não participavam de uma facção ou corporação, sobretudo porque já tinham sofrido o ataque de Le Chapelier, notório justamente por sua lei contra as corporações – houve mais uma das típicas inversões simbólicas da Revolução Francesa. E o que era uma alcunha pejorativa passou a ser uma palavra invocada com orgulho, a ponto de a Sociedade incorporar oficialmente a seu nome, em fevereiro de 1792, a palavra jacobino, tornando-se a partir de então “Sociedade dos Jacobinos, amigos da Liberdade e da Igualdade”.

Todavia, o que é certamente objeto de maior polêmica na história do movimento jacobino é a definição das características sociais e ideológicas dos seus integrantes. Para melhor entendermos essas características, seguiremos as pistas lançadas por Jules Michelet, o qual, numa passagem famosa de sua *História da Revolução Francesa*, distinguiu o jacobinismo em três fases:

[...] houve o jacobinismo primitivo, parlamentar e nobiliário, de Duport, Barnave e Lameth, aquele que matou Mirabeau. Houve o jacobinismo misto, dos jornalistas republicanos, orleanistas, Brissot, Lacroix, etc., no qual Robespierre prevaleceu. Enfim, essa segunda legião tendo se desfeito em 92, ocupando os postos públicos, a administração, as missões diversas, começa o jacobinismo de 93, aquele de Couthon, Saint-Just, Dumas, etc., o qual deve desgastar Robespierre e desgastar-se com ele (Michelet, Jules: 1952, p. 52).¹

¹ Idéia essa retomada por Soboul, o qual resume da seguinte forma as palavras de Michelet: “[...] o jacobinismo *primitivo*, conservador, o de Barnave em 1790, o jacobinismo misto de 1792, em que dominaram Brissot e os girondinos, e o jacobinismo de 1793.” (Soboul, 1977, p. 277.) Brissot foi o criador do jornal *O Patriota Francês*, cujo primeiro número saiu em 28 de julho de 1789.

Foi no período do Diretório que se confundiu errônea e deliberadamente essas três fases, com seus grupos e diversos subgrupos, em um único momento, o jacobinismo de 1793. Criou-se, então, a legenda que iria identificar o jacobinismo aos jacobinos da fase do Terror, ao robespierrismo e aos republicanos terroristas (Nicolet, 1982:90-91). Além disso, os trabalhos históricos de vulgarização acabaram por sacramentar essa “terraplanagem” das variantes do jacobinismo, ao só considerar sua fase mais “espetacular”, a do Terror. Desse modo, o que tentaremos a seguir é esboçar os principais momentos dessas três fases e avançar certas interpretações sobre cada uma delas, o que nos permitirá compreender com mais acuidade a natureza do jacobinismo, além de nos permitir olhar os grandes acontecimentos da Revolução por um outro prisma.

Assim, para desfazermos a confusão criada à época do Diretório, nós devemos nos voltar para os primórdios do Clube e acompanhar a cronologia de sua fundação nos primeiros momentos dos Estados Gerais (maio-julho de 1789) e durante o período da Constituinte (julho de 1789-setembro de 1791). Nesse momento, os membros do Clube Jacobino tinham quase a mesma pluralidade de origens sociais dos deputados da Assembléia Constituinte, um espectro social que ia da nobreza liberal à pequena burguesia. Confundia-se, portanto, com o chamado *partido patriota*, aqueles que se colocavam à esquerda da mesa do presidente da Assembléia dos Estados Gerais, a qual, a partir do dia 9 de julho de 1789, transformou-se em Assembléia Nacional Constituinte. Esse *partido* tinha por programa a *própria Revolução*, o que, sinteticamente, significava a defesa da reforma da monarquia francesa na direção de uma monarquia constitucional.

Nesse período, aqueles que, como Robespierre, se posicionavam na extrema esquerda da Assembléia Constituinte, defendendo o voto universal e outras propostas radicais, acomodaram-se aos mesmos objetivos políticos principais vozeados pela liderança jacobina, já que nem mesmo entre eles se cogitava a instalação da república.

Mesmo em relação ao regime monárquico-constitucional censitário – defendido pelo chamado triunvirato, Barnave, Duport e Alexandre de Lameth e pela maioria da Constituinte – regime esse distante do que pretendia Robespierre, é indubitável que o deputado de Arras² não estaria disposto a se

² Robespierre era natural da província do Artois, cuja capital era Arras.

rebelar contra esse projeto, haja vista que seu jornal, publicado durante o período da Assembléia Legislativa (setembro de 1791-agosto de 1792), chamava-se justamente *O Defensor da Constituição*. Qual constituição? A constituição monárquica e censitária aprovada em setembro de 1791. Nesse jornal, ele afirmava que na situação em que se encontrava a França “/.../ um único meio nos resta para salvar a coisa pública, é esclarecer o zelo dos bons cidadãos para dirigi-lo em direção a um fim comum. Uni-los todos aos princípios da Constituição e do interesse geral /.../” (Robespierre, 1792 :2.).

O racha no *partido patriota* e, por conseqüência, entre os jacobinos, só se daria durante a crise de julho de 1791, que teve origem na fuga do rei, no dia 21 de junho do mesmo ano. Naquele dia, Luís XVI, disfarçado de laçao, tentou fugir da França, sendo detido em Varennes. Essa crise foi um verdadeiro divisor de águas, já que a partir dela o Clube adquiriu uma maior homogeneidade social e ideológica. Emergiu então a primeira grande cisão dentro dele, provocada pela saída dos que viriam a ser conhecidos como *Feuillants*.

Assim, no contexto da crise de julho, os jacobinos se viram diante de três posições, que dependiam da natureza da resposta que deveria ser dada à pergunta: o que fazer com Luís XVI? Cada uma dessas posições foi identificada com um dos nomes a seguir: Barnave, Brissot e Robespierre. Ponto forte dessa crise foi a manifestação do dia 17 de julho visando a recolher assinaturas para uma moção pela abdicação do rei e pela imediata instalação da república. Tal manifestação foi duramente reprimida e entrou para a história como a *fuzilaria do Campo de Marte*. Ela teve um sentido simbólico, já que foi a primeira vez que houve uma “repressão massiva e aberta contra as forças populares” durante a Revolução (Barney, Roger: 1993 :31, nota, 42.) e a mando daquele que, até então, gozava de larga popularidade, o *herói dos dois mundos*, La Fayette.

Desse modo, os membros da associação e os constituintes se dividiram diante do caminho a ser adotado após a descoberta da fuga de Luís XVI. Os triúmviros e La Fayette, este comprometido pessoalmente no episódio da fuga, logo tentaram fazer crer a opinião pública francesa no rapto da família real, o que levou Robespierre, em seu discurso de 14 de julho, a perguntar na Assembléia Constituinte “se os povos ainda estão no ponto de acreditar que se raptam os reis como as mulheres”(Robespierre, 1791:554.).

Como se pôde ver, uma parte do Clube Jacobino veicularia uma solução conservadora para a crise provocada pela fuga. Tal solução tinha por objetivo principal “terminar” de uma vez por todas com a Revolução, mantendo o rei

custasse o que custasse. Antoine de Barnave³, a figura mais proeminente no seio do triunvirato, diante da possibilidade da suspensão e, mais ainda, de que a derrubada do rei fosse aprovada pela Assembléia Constituinte, resumiria sua inquietação em sua célebre frase: “vamos concluir a Revolução, ou vamos recomeçá-la? Um passo a mais seria um ato funesto e culpável, um passo a mais na linha da liberdade seria a destruição da realeza, e, na linha da igualdade, a destruição da propriedade” (Barnave, Antoine Pierre Joseph Marie: 1989:39).

No dia seguinte ao dia do citado discurso de Robespierre, a Assembléia Constituinte, inspirada pelo próprio Barnave e por Charles de Lameth, decretou que Luís XVI havia sido vítima de um seqüestro e que ele era inocente (Dorigny, 2005 :202.)⁴. Como salienta William J. Murray, diante da “alternativa de enfiar a cabeça na areia ou pedir a suspensão dos poderes do rei”, Barnave e seus partidários empurraram a Assembléia Constituinte para a “solução do avestruz [que] foi adotada com a ficção do seqüestro” (Murray, 1990:154).

Confrontada com a possibilidade do fim da monarquia e das supostas ameaças à propriedade, a burguesia constituinte renunciou à Revolução e ao seu “programa completo”⁵. Isso teve por consequência uma monarquia enfraquecida e à mercê das intrigas, o que desembocou na política aventureira da guerra, manejada inconseqüentemente pelos brissotistas e assistida com regozijo pelo partido da corte. Mesmo porque, depois da tentativa de fuga, Luís XVI passou a apostar na guerra – leia-se na derrota da França revolucionária na guerra – como uma maneira de derrotar a Revolução e retomar seus poderes. Em março de 1792, justamente, os brissotistas foram chamados por Luís XVI para constituir um novo ministério no lugar dos ministros ligados ao triunvirato e a La Fayette.

Já Brissot e Robespierre preconizaram outra saída para essa crise, que de comum só tinha o fato de que eles não procuraram esconder a culpa do rei e sua perda de credibilidade após a fuga. Ambos, portanto, defenderam a punição do rei pelo ato cometido no dia 21 de junho. Foi essa atitude dos brissotistas

³ Barnave é célebre também por seu livro, *Introdução à Revolução Francesa*, em que, pela primeira vez na história, se faz menção ao conceito de revolução burguesa. (cf. Barnave, 1960).

⁴ Dorigny, apud Soboul, 2005:202.

⁵ Hobsbawm chama de “programa completo” da burguesia o desejo desta de revolucionar não só sócio-economicamente a sociedade, mas também politicamente. A renúncia a esse programa teria acontecido na Revolução de 1848, quando a revolução social, entendida como um questionamento à propriedade, levou a burguesia a renunciar à revolução e ao “programa completo”. Como se vê, a ameaça à propriedade já fizera, em 1791, a burguesia renunciar ao seu “programa completo”. (Hobsbawm, 1996:4).

e robespierristas que levou a que, no dia 16 de julho, a ampla maioria dos jacobinos, liderada por Barnave, optasse por deixar o Clube e fundar, no mosteiro dos *Feuillants* (cistercienses), outra Sociedade dos Amigos da Constituição. Essa manobra visava fazer com que o remanescente do Clube acabasse pela fraqueza dos seus exíguos quadros, pois Barnave esperava que saíssem com ele pelo menos 300 dos deputados filiados ao Clube. Isso acabou ocorrendo, ficando apenas dez deputados na agremiação original. No dia seguinte, a manifestação, que tinha por intenção recolher assinaturas para a petição que pedia a derrubada do rei e a proclamação da república, só consolidou essa debandada.

É aí que reside a diferença entre brissotistas e robespierristas. Duas foram as petições levadas ao Campo de Marte no dia 17 de julho de 1791. Uma primeira, discutida no Clube Jacobino e uma segunda, depositada por Brissot. Cabe lembrar que o primeiro projeto de petição pedia à Assembléia Nacional que o povo fosse consultado sobre a fuga do rei. A segunda petição, depositada por Brissot, pedia a abolição da monarquia.

Nenhuma das duas Robespierre achou prudente levar ao Campo de Marte. Ele preconizava uma solução moderada, a qual passava pela Constituinte. Era, portanto, uma solução sutilmente diferente daquela levada ao Campo de Marte. A Constituinte era que deveria ter a iniciativa de se pronunciar, sem hipocrisia, pela condenação do rei e aprovar uma consulta à nação para a sua suspensão⁶.

Já Brissot e os Cordeliers propugnaram a derrubada imediata do monarca e apostaram no apoio das ruas para que isso pudesse se realizar efetivamente, ao mesmo tempo em que fizeram público, pela primeira vez durante a Revolução Francesa, o desejo de estabelecer a república. O que se viu foi o episódio da fuzilaria do Campo de Marte, demonstração de que a burguesia constituinte não aceitaria de maneira alguma uma radicalização ainda maior do processo revolucionário, que poderia advir do fim da monarquia. Nesse ponto, no 17 de julho, acataram-se a ferro e fogo as opiniões de Barnave.

Depois da crise de julho, o Clube passou a ter uma cara nova. A partir dela, a burguesia constituinte passou a acreditar que seus maiores inimigos eram os jacobinos. Contudo, sua manobra secessionista do dia 16 de julho, assim como

⁶ Podemos especular que Robespierre talvez se acomodasse a uma regência, o que, mesmo do ponto de vista da burguesia, teria sido uma saída corajosa, encaminhando a Revolução para um final menos trágico.

a lei de 29 de setembro de 1791 contra as sociedades políticas, fracassou na tentativa de neutralizar o Clube Jacobino. Os sócios remanescentes conseguiram que as filiais provinciais do Clube, na hora de optar entre a Sociedade dos Amigos da Constituição, sediada no convento dos jacobinos, e a Sociedade dos Amigos da Constituição, sediada no convento dos *feuillants*, optassem pela primeira, em grande maioria. Tal opção fortaleceu o Clube dos Jacobinos em detrimento da sociedade que tinha buscado cindi-lo. Já a lei de Le Chapelier contra as sociedades políticas acabou por ser vencida pela força de conjunto dessas sociedades.

Dessa forma, já nos primeiros meses da Assembléia Legislativa, instituída pela Constituição aprovada em setembro de 1791, o Clube estava mais forte do que estivera antes, quando era dominado pela burguesia constituinte. Começou, então, o jacobinismo misto, aquele que tinha uma natureza ambivalente, pois nele se manifestava de forma predominante a dualidade das posições de Maximilien Robespierre e Jacques Pierre Brissot. Esse jacobinismo emergiu no momento em que a monarquia entrava na sua fase de maior descrédito, no seu vazio de credibilidade, quando a maioria da França olhava com desconfiança o rei que tinha tentado fugir meses antes. E, novamente, emergiram posições divergentes no seio dos jacobinos.

A ala brissotista do Clube – fortalecida pela eleição do próprio Brissot e de uma série de deputados para a Assembléia Legislativa, entre os quais se destacavam os eleitos pelo departamento da Gironda, daí o nome mais famoso daquela ala, girondinos⁷ – optou por uma política de radicalização que implicasse tanto uma clara definição da posição do rei frente à Revolução quanto o aumento do sentimento patriótico do povo e de seu vínculo à Revolução. Além disso, Brissot pretendia internacionalizar esta última. Desse modo, ele vai defender no Clube e na Assembléia Legislativa, na qual ele tinha uma cadeira, aquela política que, ele imaginava, podia permitir, ao mesmo tempo, essa definição e esse patriotismo revolucionário, a política da guerra. É certo que essa vontade guerreira não apareceu no vácuo. Em agosto de 1791, por meio da declaração de Pillnitz, o imperador Leopoldo da Áustria e o rei da Prússia se

⁷ “A palavra ‘girondino’, para designar um grupo político da Convenção, impôs-se apenas durante o século XIX. Ela tinha sido utilizada desde a Assembléia Legislativa, mas se preferia então as expressões brissotinos, rolandinos ou buzotinos”. (Doringy, Marcel: 2005:503). Devemos acrescentar que a popularidade desse nome, ao longo do século XIX, deveu-se à publicação, em 1847, do livro *História dos girondinos* de Alphonse de Lamartine.

propuseram a restituir Luís XVI nos seus direitos reais, ameaçando usar para isso a força das armas.

Assim, o jornalista d' *O Patriota Francês* defendeu numa série de discursos a necessidade da guerra, acreditando que ela teria o caráter de cimentar o povo à causa patriota e de definir de uma vez por todas o embate entre Revolução e Antigo Regime. Era preciso que Luís XVI e o partido da corte se definissem ou pela Revolução ou pela traição. É de um desses discursos, o de 30 de dezembro de 1791, a famosa passagem na qual Brissot afirma que só tinha um temor, “[o de] que nós não sejamos traídos. Nós temos necessidade de grandes traições” (*apud* Gueniffey, 2000:159). E nada melhor para isso do que a guerra.

Robespierre⁸, por sua vez, foi quase uma voz isolada na sua posição contra a guerra, haja vista a empolgação com a qual a nação encarnou o espírito guerreiro que a propaganda brissotista fez crescer, empolgação essa que se refletiu tanto no seio da Assembléia Legislativa quanto no próprio Clube Jacobino. Nem mesmo utilizando os argumentos mais lúcidos contra a idéia de Brissot – que era, como afirmamos, universalizar os ideais revolucionários por meio da guerra –, o Incorruptível conseguiu modificar a posição dos jacobinos. Em seu discurso de 2 de janeiro de 1792 ele afirmava:

[...] a mais extravagante idéia que pode nascer na cabeça de um político é acreditar que basta um povo entrar com armas na mão em um país estrangeiro para lhe fazer adotar suas leis e sua constituição. Ninguém gosta dos missionários armados; e o primeiro conselho que a natureza e a prudência dão é de expulsá-los como inimigos (Robespierre, Maximilien: 2000:t. VIII:81-82).

Como dissemos, Luís XVI também apostou na guerra como a saída para suas dificuldades políticas. Cunhado do Imperador da Áustria, ele confiava que pudesse ser restaurado em todos os seus poderes pelos seus pares estrangeiros, já que tinha certeza, no que estava certo, de que a Revolução, nas condições em que ela se encontrava, não seria capaz de reunir esforços que a capaci-

⁸ Diferentemente de Brissot, Robespierre não integrava a Assembléia Legislativa. Uma das poucas proposições que ele tinha conseguido aprovar durante a Constituinte tinha sido justamente aquela que tornava inelegíveis os deputados constituintes. Brissot, durante a Constituinte, tinha sido apenas deputado departamental, o que lhe permitiu ser eleito para o Legislativo. Portanto, durante os debates sobre a guerra, Robespierre só tinha o espaço do Clube para defender suas idéias contrárias a ela.

tassem a enfrentar no campo de batalha a Áustria e a Prússia, as duas nações que o espírito guerreiro brissotista tinha em mente atacar. Isso que o rei sabia na intimidade dos seus próximos, Robespierre revelaria em seus discursos contra a guerra, mencionando, entre outras razões para se temer a condução da guerra, o oficialato do exército francês composto pelos antigos quadros da nobreza francesa. Desse modo, Luís XVI chamou os companheiros de Brissot, Clavière e Roland, para substituir os *Feuillants* no ministério, em março de 1792, numa bela manobra política para conseguir seus objetivos. No dia 20 do mês seguinte, a Assembléia Legislativa aprovou a guerra contra aqueles países.

Quando a guerra foi declarada, viu-se que quem tinha razão eram justamente Robespierre e o Rei, pelo menos quanto a um aspecto, o fato de que a França não tinha condições políticas e materiais para, naquele momento, empreender uma guerra ofensiva. Durante a primavera de 1792, a situação militar se tornou catastrófica. Mas ambos se equivocaram ao não perceber que o par *revolução-guerra* empurraria mais ainda a França para a radicalização revolucionária.

Nesse contexto de guerra, o jacobinismo misto não chegou a sofrer avarias definitivas, tanto robespierristas quanto brissotistas mantiveram a convivência no Clube. Contudo, a crise militar se agravou e, em junho e julho de 1792, as hesitações dos girondinos exasperaram tanto os jacobinos robespierristas quanto o povo parisiense. Assim, os jacobinos robespierristas e seus próximos apoiaram a formação de uma frente com o movimento seccionário que, nessa altura, foi penetrado pelos *sans-culottes*, os quais, ainda que formalmente considerados *cidadãos passivos*, na prática passaram a usufruir de todos os direitos dos *cidadãos ativos*⁹.

Como tinha acontecido com a burguesia constituinte, os brissotistas dependeram de sua ligação, direta ou indireta, com a revolução popular para sustentar a revolução burguesa, entre março e agosto de 1792. Diante da derrocada da guerra, a opção pela radicalização passou a depender mais e mais da criação de um bloco revolucionário com os setores de rodapé do Terceiro Esta-

⁹ Soboul chama de movimento seccionário *sans-culotte* a forma como se organizava o movimento popular. Era por meio das seções eleitorais que os cidadãos que tinham direito a voto – os que cumpriam a exigência do censo eleitoral e que Sieyès denominou de *cidadãos ativos* – podiam votar e se organizar politicamente. Isso foi assim desde 1789. Contudo, em junho e julho de 1792, os *sans-culottes* parisienses passaram a atuar nas seções e a portar armas, o que estavam proibidos de fazer justamente por sua condição de *cidadãos passivos*. A partir daí, eles utilizariam as seções como base de apoio e organização de suas ações, em particular das famosas jornadas populares. (cf. Soboul, Albert: 1958).

do, uma vez que esses setores eram os únicos capazes de aportar à revolução burguesa a força necessária ao enfrentamento da crise interna e externa, provocada por aquela derrocada. É o que pareciam estar dispostos a fazer, na altura de junho de 1792, os próprios brissotistas, haja vista seu apoio à jornada popular do dia 20 daquele mês e a proclamação na Assembléia Legislativa, por iniciativa pessoal de Brissot, em 11 de julho do mesmo ano, da “pátria em perigo”.

Contudo, seu apoio à jornada de 20 de junho apenas parece ter tido o caráter de pressionar Luís XVI a voltar atrás na sua demissão dos ministros brissotistas, os quais foram substituídos pelos *Feuillants* no dia 13 de junho de 1792. Isso porque, em julho, os girondinos frearam o impulso patriótico, já que tentaram retomar o poder perdido após a demissão de seus ministros por meio de negociações secretas com a corte, entabuladas por Vergniaud, Gensonné e Guadet (Soboul, 1981, p. 213). Nada mais explícito sobre essa vontade de barrar a movimentação popular do que o pronunciamento do dia 26 de julho de Brissot contra a instalação da república. Justo ele que, lembremos, foi um dos primeiros a defender esse regime durante a Revolução¹⁰.

Outra foi a posição dos jacobinos liderados por Robespierre. No final de julho de 1792, eles constituíram, como dissemos, a frente com os *sans-culottes* e apostaram na insurreição popular e na derrubada da monarquia como forma de resolver a crise provocada pela guerra, o que acabou por acontecer no dia 10 de agosto de 1792. Eles apostaram, assim, na continuidade da Revolução, agora numa dimensão mais radical do que tinha sido até então.

Depois da derrubada da monarquia, no 10 de Agosto, o jacobinismo misto caminhou rapidamente para o rompimento. Uma incompatibilidade irreconciliável se estabeleceu entre robespierristas e brissotistas. Os primeiros acreditavam que a Revolução devia se apoiar numa frente jacobino/*sans-culotte* e, portanto, estavam dispostos a fazer as concessões para o sucesso dessa frente. Tais concessões implicavam políticas que permitissem um melhor abastecimento dos gêneros de primeira necessidade e uma dura repressão à contra-revolução, a começar pelo julgamento e execução de Luís XVI. Já os últimos, rejeitavam claramente essas medidas. Na Convenção, instalada em setembro

¹⁰ Brissot afirmou então: “se existem homens que pretendem estabelecer, no momento, a República sobre os destroços da Constituição, o gládio da lei deve tombar sobre eles como sobre os amigos ativos das duas câmaras e sobre os contra-revolucionários da Coblenz” (apud Soboul, 1981:213).

de 1792 por força da Revolução do 10 de agosto, esse choque se refletiu na célebre divisão entre montanhese¹¹ e girondinos.

Assim, a sorte dos girondinos, como aconteceu com a burguesia constituinte, esteve ligada à sua tentativa de “terminar” a Revolução. Para eles, estabilizar a Revolução significava manter a coerência com a própria concepção revolucionária da qual eram tributários, concepção bem resumida nas palavras ditas por Brissot, às vésperas do 10 de Agosto, que enunciavam o “programa mínimo” da Revolução que ele e seus companheiros defendiam: “é à revolução, é à declaração dos direitos, é à soberania nacional que os tiranos declaram guerra” (apud Soboul, 1984, p. 213). Não se deve duvidar, portanto, das credenciais revolucionárias dos girondinos. Porém, sua revolução era diferente daquela que os montanhese e *sans-culottes* estavam dispostos a continuar. E essa diferença era nítida. Os girondinos, em momentos anteriores da Revolução, já tinham demonstrado não serem adeptos da radicalização democrática e, nesse sentido, não se distinguiram essencialmente da burguesia constituinte e dos *Feuillants*.

Prova disso é que a principal figura do grupo, Brissot, nunca escondeu o que pensava das concepções radicais da democracia. Nos primórdios da Revolução e do movimento seccionário (1789-90), ele já tinha feito a sua escolha. No momento em que houve um choque entre as seções de Paris, ciosas dos novos direitos conquistados, e os deputados reunidos no Hotel de Ville, uma moção, proposta por Brissot, manifestava sua opção entre soberania popular e representação: “tal é a atitude dos povos livres. Quando eles depositam seus poderes entre as mãos de seus Representantes, eles só sabem obedecer... Uma cidade que não respeita seus deputados está entregue ao opróbrio” (apud Genty, Maurice: 1972:1-27). Além disso, os girondinos eram muito aferrados a uma política econômica liberal, a qual, nas concepções deles, deveria deixar ao mercado a solução para o grave problema do abastecimento do pão. E não se deveriam nem imaginar políticas como imposto progressivo ou distribuição dos bens nacionais aos indigentes.

Apesar disso, eles foram beneficiários, em certa medida, da Revolução do 10 de agosto tanto quanto os jacobinos radicais, pois continuaram no ministério ao qual tinham sido empossados por Luís XVI, em março de 1792, ao

¹¹ Montanhese era a designação de um grupo parlamentar constituído durante a Convenção. Nem todos os montanhese eram jacobinos, como foi o caso de Lazare Carnot, mas todos os jacobinos eleitos para a Convenção sentavam-se na bancada da montanha.

mesmo tempo em que conseguiram uma votação suficiente para constituírem um grupo parlamentar que, junto com o *marais*¹², permitiu seu domínio sobre a Convenção até junho de 1793, a ponto de ela ser chamada pela historiografia da Revolução de Convenção girondina.

Contudo, seu projeto de estabilizar a Revolução não pôde ser posto em prática, pois, explicitamente, eles se recusaram a aceitar a república democrática que tinha garantido o voto universal e também não conseguiram dar uma resposta, seja à crise provocada pelas derrotas na guerra contra as monarquias européias, seja à questão das “subsistências”, que tanto preocupava os *sans-culottes*.

Essa situação refletiu-se em cheio no Clube. No final de 1792, os conflitos entre brissotistas e robespierristas chegaram ao paroxismo, a saber, diante da força política de Robespierre e de seus companheiros, os brissotistas, cada vez mais ausentes, acabaram sendo desfilados do Clube. Chegava-se então à última fase do jacobinismo, o “jacobinismo de 93”, o jacobinismo que, como afirmou Michelet, vai desgastar Robespierre e se desgastar com ele.

O jacobinismo robespierrista, com o apoio da *sans-culotterie* parisiense, impulsionou mais uma vez a Revolução ao radicalismo. A situação de miséria popular, combinada com a incapacidade de os girondinos conduzirem a guerra – no dia 5 de abril de 1793, Dumouriez, general girondino, passou com armas e bagagens para o lado dos austríacos – além da tentativa que fizeram para enquadrar a liderança popular mais radical, prendendo Jean-Paul Marat e Jacques-René Hébert, acabou por transformar a sua permanência no poder inviável. No dia 31 de maio-2 de junho, os girondinos foram expulsos da Convenção. No mês seguinte, com a entrada de Robespierre para o Comitê de Salvação Pública, a Revolução entrava numa nova fase, a fase do governo revolucionário da montanha e do Terror.

Tal fase caracterizou-se por concessões fundamentais à revolução popular, que se encarnaram no Terror político e econômico. O primeiro é a sua face mais conhecida e foi por meio dela que todo o jacobinismo foi erroneamente plasmado. Isso porque, como vimos, o jacobinismo não se resume a um único momento, a fase do Terror, e nem o jacobinismo robespierrista pode ser limitado a sua trágica defesa do Terror. Esse foi seu aspecto mais conhecido, mas não o único.

¹² Em francês, pântano: termo que servia para classificar pejorativamente os moderados da Convenção, também chamados de *plaine* (planície).

O jacobinismo robespierrista também foi uma reafirmação dos valores cívico-humanistas e responsável por inovações muito importantes em matéria de direitos, como a defesa do direito à existência e de limites ao direito de propriedade (Oliveira, 2005.). Em particular, foram os jacobinos robespierristas que defenderam os chamados “socorros territoriais” (Oliveira, 2005:279-283), uma espécie de uso da terra proveniente dos chamados Bens Nacionais – as terras pertencentes ao clero e aos emigrados que foram expropriadas durante a Revolução – como forma de assegurar a sobrevivência para os patriotas indigentes (Oliveira, 2005:279-283).

Assim, o nove do termidor¹³ colocou um fim à tragédia do Terror, mas também interrompeu por décadas esse projeto social defendido pelo jacobinismo de Robespierre, Saint-Just, Couthon, Lebas, entre outros. Essas idéias só seriam retomadas na conjuntura política que levaria à Revolução de 1848, quando surgiu a corrente política dos que defendiam a república democrática e social, os chamados *démoc-soc*¹⁴ do robespierrista Ledru-Rollin. ■■

¹³ O dia da queda de Robespierre, 27 de julho de 1794.

¹⁴ Grupo político que atuou durante a Revolução de 1848 e cujo programa era uma república democrática e social, daí a abreviatura em francês *démoc.soc.* Seu principal líder foi Ledru-Rollin.

BIBLIOGRAFIA

- Barnave, Antoine Pierre Joseph Marie. *Introduction à la Révolution Française*. Paris, Armand Colin, 1960. 1ª edição 1843.
- _____. Discours sur l'inviolabilité du roi (11 de julho de 1791). In: Furet, François e Halévi, Ran. *Orateurs de la Révolution française*. Paris: Gallimard, 1989.
- Dorigny, Marcel. Champs-de-mars (Fusillade du). In: SOBOUL, Albert. *Dictionnaire historique de la Révolution française*. Paris: PUF (Quadrige/Dicos), 2005.
- _____. Gironde/girondins. In: Soboul, Albert. *Dictionnaire historique de la Révolution française*. Paris: PUF (Quadrige/Dicos), 2005.
- Furet, François e Richet, Denis. *La Révolution Française*. Paris, Hachette, 1966.
- Furet, François. *Pensando a Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- _____. Jacobinismo. In: Furet, François e Ozouf, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- Genty, Maurice. *Mandataires ou représentants: un problème de la démocratie municipale à Paris, en 1789-1790*. Paris, AHRE, p. 01-27, A. 44, nº 207, 1972.
- Gueniffey, Patrice. *La politique de la Terreur. Essai sur la violence révolutionnaire 1789-1794*. Paris: Fayard, 2000.
- Hálevi, Ron. Monarchiens. In: Furet e Ozouf, François e Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- Higonnet, Patrice. Sans-culottes. In: Furet, François e Ozouf, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- Hobsbawm, Erich J. *A era das revoluções*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- _____. *Ecos da marsehesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- _____. *A Era do capital*. 5ª Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- Jaggi, Yvette. *Robespierre et la volonté générale*. Genebra, Etudes de lettres, Pp. 19-51, 1966.
- Jaume, Lucien. *Le discours jacobin et la démocratie*. Paris, Librairie Arthème Fayard, 1989.
- Jaurès, Jean. *Histoire socialiste de la Révolution. (la Constituante, la Législative, la Convention)*. Paris, Librairie de l'Humanité, 1924.
- Kaplan, Steven I. *Adieu 1789*. Paris, Fayard, 1993.
- Mazauric, Claude. Jacobins/jacobinisme. in: Soboul, Albert. *Dictionnaire historique de la Révolution française*. Paris: PUF (Quadrige/Dicos), 2005.
- Michelet, Jules. *Histoire de la Révolution Française*. Paris, Gallimard, 1952. Éditions de la Pléiade.
- Murray, William J. Um filósofo na Revolução Francesa: Dominique Joseph Garat e o *Journal de Paris*. In: Krantz, Frederick (org.) *A outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1990.
- Nicolet, Claude. *L'idée républicaine en France (1789-1924). Essai d'histoire critique*. Paris, Gallimard, 1982.
- Oliveira, Josemar Machado de. *A teoria democrática robespierrista: do republicanismo clássico à democracia social*. São Paulo, 2005. tese de doutorado.

- Richet, Denis. Enragés. In: Furet, François e Ozouf, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- _____. Hébertistes. In: Furet, François e Ozouf, Mona. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- Robespierre, Maximilien-François-Marie-Isidore de. *Les journaux: Le Défenseur de la Constitution (1792)*. Paris: Phenix Éditions, 2000.
- _____. *Les journaux: Lettres de Maximilien Robespierre, membre de la Convention nationale de France, à ses commettans (1792-1793)*. Paris: Phenix Éditions, 2000.
- _____. *Discours (1789-1790)*. Paris: Phenix Éditions, 2000.
- _____. *Discours (Janvier-septembre 1791)*. Paris: Phenix Éditions, 2000.
- _____. *Discours (Octobre 1791-septembre 1792)*. Paris: Phenix Éditions, 2000.
- _____. *Discours (Septembre 1792-juillet 1793)*. Paris: Phenix Éditions, 2000.
- _____. *Discours (27 juillet 1793-27 juillet 1794)*. Paris: Phenix Éditions, 2000.
- Soboul, Albert. Introduction. In.: Hébert, Jacques-René. *Le Père Duchesne (1790-1794)*. Paris, Éditions d'Histoire Sociale, 1970. 10 vol.
- _____. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Jorges Zahar, 1984.
- _____. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
- _____. *Les sans-culottes parisiens en l'an II: mouvement populaire et gouvernement révolutionnaire (1793-1794)*. Paris, Éditions de Seuil, 1968.
- _____. *Mouvement populaire et gouvernement révolutionnaire en l'an II (1793-1794)*. Paris, Flammarion, 1973.
- _____. *Camponeses, sans-culottes e jacobinos*. Lisboa, Seara Nova, sd.
- _____. *La civilization et la Révolution Française*. Paris, Arthaud, 1988.
- _____. Utopia e Revolução Francesa. In: Droz, Jacques. *História Geral do Socialismo*. Lisboa, Livros Horizontes, 1977.